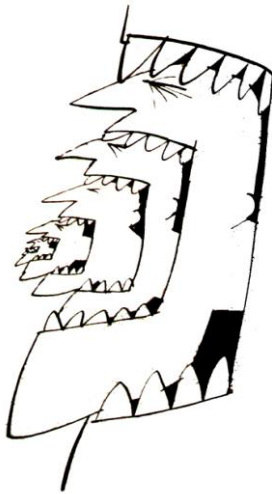


2 - O PASQUIM

Durante o regime militar ocorrido no Brasil entre os anos de 1964 a 1985 apareceram no Brasil cerca de 150 periódicos regionais e nacionais, todos de oposição à ditadura. Cada um deles adotando uma linha editorial própria. Em comum possuíam os mesmos temas motivadores. Denunciavam as violações dos direitos humanos, a falta de liberdade de opinião, a tortura, o arrocho salarial dos trabalhadores e a degradação das condições de vida dos brasileiros.

*(Devido às) restrições impostas aos periódicos pelos governos saídos do movimento de 1964, cuja censura estava presente nas redações (...) a opinião se vale de semanários, que se constituem em uma "imprensa alternativa", a qual recebe também o apelido de *nanica*, pois em sua maioria os jornais têm o formato tablóide. A ação dessa imprensa, eminentemente política, que se mantém pelo apoio maciço dos públicos das grandes áreas metropolitanas, quase sem publicidade, é que se deve o quadro apresentado pela grande imprensa, na década de 1970, retomando gradualmente sua função vertical opinativa. (BELTRÃO, 1969, p. 86)*



Ziraldo

O marco significativo que deu origem à imprensa alternativa no país ocorreu em 1969, com o surgimento do *Pasquim*, que chegou a circular com uma tiragem de 250 mil exemplares. No seu rastro apareceram o *Bondinho* (1970), *Política* (1971), *Opinião* (1972), *Ex* (1973), entre outros. A partir de 1974 a imprensa alternativa catalisa o caráter de porta-voz dos movimentos da esquerda. Destacam-se nesta linha editorial os jornais *Movimento* (1974), *Versus* (1975), *Brasil Mulher* (1975), *EmTempo* (1977) e *Resistência* (1978).

Bernardo Kucinski em seu livro (4), listou 131 jornais alternativos que surgiram entre 1964 e 1980. Dos listados 51 deles possuíam natureza política, 34 eram voltados para a reportagem investigativa, 22 dedicados à cultura, 10 de caráter humorístico, 6 ecológicos, 3 feministas, 2 anarquistas e um voltado ao universo gay. Em sua maioria, 94, tiveram a breve existência de menos de um ano.

Parte dos fracassos dos periódicos alternativos, incluindo aí *O Pasquim*, atribui-se à ausência da capacidade de gestão empresarial e aos conflitos internos, enfraquecendo assim, gradativamente, o projeto original.

O Pasquim transformou-se durante a década de 70 em um veículo de grande força renovadora, canal da sátira social e política. Fundado em 1969, converteu-se no mais importante dos jornais alternativos no Brasil. Com tiragens que atingiram a marca dos 250 mil exemplares chegou a ser um próspero empreendimento empresarial. Reunia em suas



Primeira edição do *Pasquim*, em 25/06/69

(4) KUCINSKI, Bernardo
*Jornalistas e Revolucionários -
nos tempos da imprensa alternativa.* São
Paulo: Scritta, 1991

páginas alguns dos melhores jornalistas e cartunistas do país, incorporando a mais inteligente e debochada irreverência e fazendo a mais sagaz crítica do cotidiano, tudo sempre impregnado de conotações políticas. Tendo como argumento primordial o ataque ao autoritarismo, representou um jornalismo combativo e polêmico, sempre permeado de pleno humor.

Adotando uma linguagem mais coloquial, abrigou em suas páginas alguns dos melhores textos e desenhos do Brasil. Era editado por um grupo de inteligentes jornalistas, escritores, artistas e cartunistas. Um grupo que optou pelo uso da inteligência para esvaziar o Poder trazendo à tona seu ridículo.

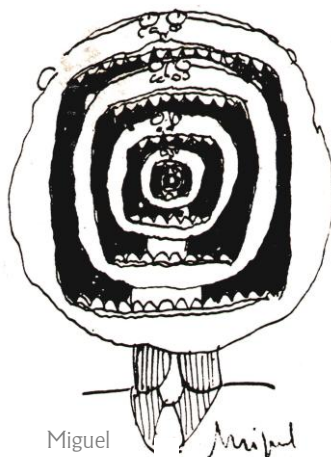
Um periódico de crítica de costumes, onde em cada edição havia espaço para se discutir temas diversos, mesmo os mais inquietantes para a sociedade da época: droga, feminismo, sexo ou divórcio. Num período de intensa repressão intelectual, seu público principal estava entre os jovens universitários e os intelectuais que buscavam alternativas para se manterem informados.

O *Pasquim* cumpriu muito bem sua missão de não deixar que o espírito crítico naufragasse, se valendo em seus textos e desenhos de signos para dar seu recado, já que a censura se mantinha a postos e atuante.

Num momento da vida política brasileira em que vigorava um feroz regime autoritário, o jornal rapidamente conquistou amplo espaço na imprensa nacional manifestando anseios e expectativas da sociedade. Assim como incomodava os militares, que ocupavam os altos cargos do poder, também empolgava os segmentos inconformados da época.



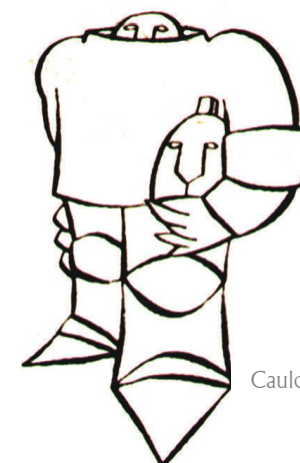
Zélio



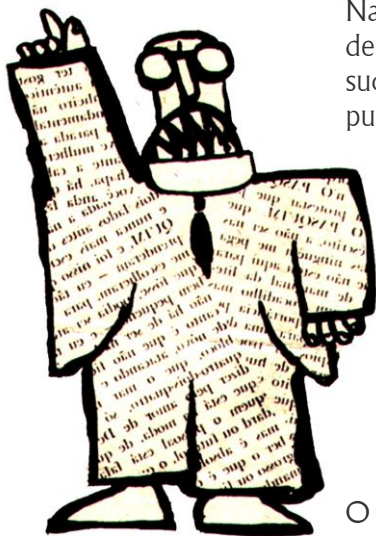
Miguel



Ziraldo



Caulos



Jaguar

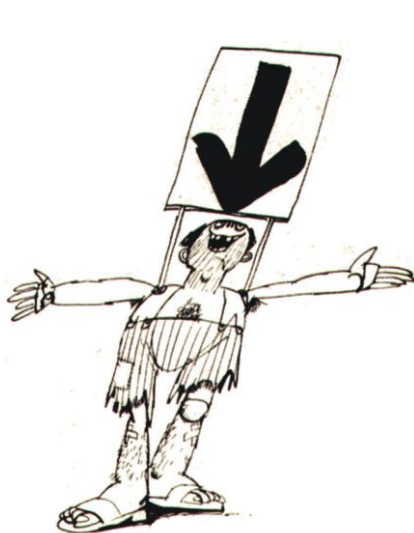
Na visão de Bernardo Kucinski (1991, p. 92) “o *Pasquim* era uma revolução de linguagem que preenchia os vazios deixados pelo fracasso dos movimentos populares e pelo desaparecimento da hegemonia cultural das esquerdas. E o sucesso comercial do jornal chegou a incomodar a grande imprensa, que o via como concorrente na divisão do bolo publicitário”.

Nos seus melhores tempos, entre 1969 e 1973, o jornal chegou a vender até 250 mil exemplares. Um volume acima do razoável se lembrarmos que os jornais de tiragem nacional rodam hoje, mais de 30 anos depois, com toda a informatização, com facilidade de distribuição, com fortes campanhas de assinantes, cerca de 300 mil exemplares. A verdade é que o comportamento da chamada “Patota do *Pasquim*” era tão anárquico quanto o conteúdo do jornal. Os militares e a elite brasileira tentaram impedir sua circulação diversas vezes e de formas variadas, mas quando conseguiram, ele já havia disseminado uma nova forma de comportamento nos meios de comunicação.

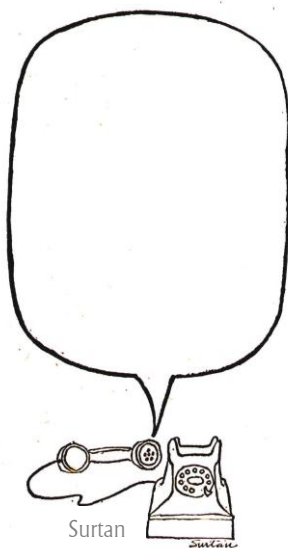
O primeiro número chegou às bancas em 26 de junho de 1969. Era um semanário de críticas de costumes onde pouco espaço cabia ao comentário político aberto. Uma marca deixada pelo *Pasquim* eram suas longas entrevistas, realizadas quase como um bate-papo entre amigos, em que o entrevistado acabava falando de tudo. No começo não falavam quase nada de política, era uma publicação comportamental. Mas a ditadura foi colocando o jornal contra a parede e, aos poucos, o *Pasquim* tornou-se mais e mais politizado. Na medida em que a censura aumentava, o *Pasquim* intensificava sua postura crítica. É da tradição do humor impresso a luta contra a opressão. Herdeiros de *O Malho*, *A Careta*, *Dom Quixote*, *A Manhã* e *o Pif-Paf*, jornais que em sua época não deram sossego ao governo. Os humoristas do *Pasquim* se sentiam na obrigação de se tornarem porta-vozes da indignação social brasileira.

Tudo era controlado, vigiado, censurado. Pouca coisa escapava do crivo dos censores. Mandavam para Brasília material suficiente para fazer quatro jornais e o que passasse seria a próxima edição do *Pasquim* que chegaria às bancas. A forma de se expressar era insinuar, entrelinhar, implicitar; qualquer alfinetada nos militares já era uma conquista. Como não era possível opinar nada, bastava a mais discreta das críticas, bem camuflada num desenho, para causar impacto.

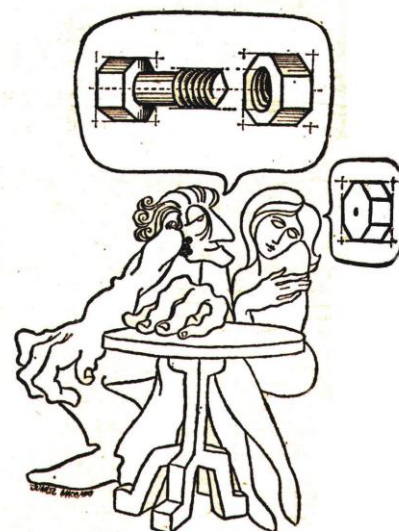
O *Pasquim* resistiu durante um longo tempo: conseguiu ridicularizar quatro presidentes militares e dois civis. Foram 22 anos de oposição, até fechar definitivamente, em 1991. Ajudou a renovar a imprensa brasileira, tornando-a menos engravatada. E ofereceu à juventude esclarecida brasileira um jornal que, em plena ditadura militar, podia ser carregado debaixo do braço com orgulho.



Ziraldo



Surtan



Juarez Machado



Ziraldo

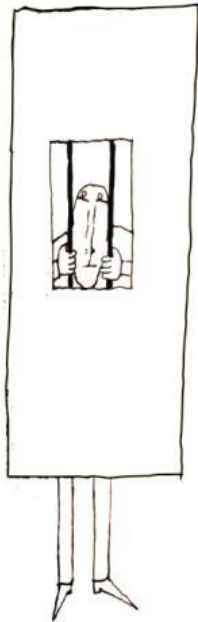
A Opinião Patroilhada

Num sucinto panorama cronológico o pesquisador Antonio Luiz Cagnin (5) observa que a combatividade da caricatura política durante o Império era manifestada através de uma sátira ferina e escrachada. Foi se arrefecendo ao final do século XIX, com o fim da Monarquia. Voltando a crescer novamente no começo do século XX, com os primeiros anos da República, para depois calar-se pela ditadura de Vargas. E após uma breve lufada de renovação nos anos 50, volta a ser calada com a tomada do poder pelos militares, em 1964.

Porém, o cerceamento da opinião aberta durante o período ditatorial não impediu o ataque sutil, fino e inteligente. Em 1970, os principais jornais brasileiros foram submetidos a uma intensa censura prévia, que permaneceu por um período de cinco anos. Nos jornais alternativos ela ocorreu de forma feroz e sem limites. O primeiro e principal alvo da repressão foi o *Pasquim*.

(5) CAGNIN, Antonio Luiz.
*Carões, caras e caretas:
salão de humor e de outros humores.*
texto inédito: s/d.

No dia 1 de Novembro de 1970 a situação na redação do Pasquim modificou-se de forma repentina e violenta, quando foi invadida por um comando policial-militar, prendendo os editores do jornal. Foi um grande impacto para um projeto editorial que se expandia rapidamente. Após 2 anos de seu lançamento seus editores estavam presos. O jornal recebeu a solidariedade de talentosos colaboradores e o apoio de alguns poucos jornais para que continuasse a circular. Uma das matérias de solidariedade foi publicado na *Folha 2*, de Londrina, transcrita posteriormente na edição no. 79 do próprio *Pasquim*. Nela é possível perceber a análise do momento político.



Depois de mais de um ano de vida, *O Pasquim* entra numa pausa que ninguém sabe até quando irá ou se é, de fato, o fim do jornaleco: quase todos os seus redatores estão presos e a circulação do jornal acaba de ser proibida, “até segunda ordem”, pela Polícia Federal, que não explicou a razão da proibição.

E o que é (ou era) *O Pasquim*? Um jornal que encontrou público (ou seu público), pois chegou além dos 200.000 exemplares de tiragem – o que quer dizer que, na sua mais áurea fase, deverá ter vendido aproximadamente até 180.000 exemplares, pois uns 20% sempre sobram nas bancas.

Respeitado porque conseguiu uma enorme massa de leitores, chegou a ser respeitado também porque demonstrou, desde o início, uma coerência editorial que não era previsto. “Esse jornalzinho vira humorismo puro já, já”, diziam..

Mas *O Pasquim* continuou na sua linha de avacalhação dirigida (ou orientada, ou pelo menos lúcida). Ao lado de histórias curtas sempre recheadas de críticas aos costumes, as charges e os cartuns faziam o balanço, a análise e a crítica satírica do próprio público a que se dirigia: estudantes, na maioria, e as camadas liberais da burguesia em geral. Atrás de toda a avacalhação, a lucidez. Atrás do riso, a sátira ou a crítica. Atrás das mesas, provavelmente havia muito menos garrafas vazias de uísque do que os leitores se acostumaram a pensar. Profissionais regulares e responsáveis estavam ali: Ziraldo, Fortuna, Millôr Fernandes, Henfil, Francis. Ao lado de alguns “catados” aqui e ali: os “correspondentes” estrangeiros, Vinícius de Moraes etc. E algumas figuras esporádicas que apareciam e desapareciam, pareciam escrever quando queriam e davam ao jornal um espírito amadorístico e irresponsável – o que seu próprio presidente, Tarso de Castro, sempre fez questão de frisar. Em toda essa aparente anarquia, porém, sempre apareceram bem fixadas certas diretrizes revolucionárias:

a - Liberdade de estilo ao profissional ou ao colaborador. Assim, *O Pasquim* trouxe à imprensa brasileira personalidades e possibilidades de confrontação estilística. E - o que é mais importante - deixou bem claro, para quem quis ver que o jornalismo, mesmo para os jornais noticiosos, deve ser cada vez aproximado de técnicas literárias e de artes plásticas.

b - Exposição e crítica de cartunistas internacionais, além de inovações gráficas.

c - Palavra livre ao leitor, o que não é tão raro, mas muito mal aproveitado pela imprensa brasileira em geral. Não é novidade uma página de cartas aos leitores, pois os maiores jornais do mundo as conservam; o que *O Pasquim* fez foi uma seleção de cartas interessantes a ponto de ser uma das mais lidas no jornal.

d - Divulgação a tendências e movimentos artísticos marginalizados, do Mundo Ocidental e Oriental

e - Renovação e revigoramento da crônica política, com Paulo Francis, sem o marasmo e a estéril seriedade do “gênero”.

(Cont.)

f - Divulgação e crítica, anarquicamente, de literatura, cinema, artes plásticas, filosofia, acontecimentos políticos, costumes, modismos etc, através das "Dicas" – uma seção intermediária entre as tradicionais "pílulas noticiosas" e o comentário curto.

g - Gozação e auto-gozação, numa coerente e contínua atitude suicida.

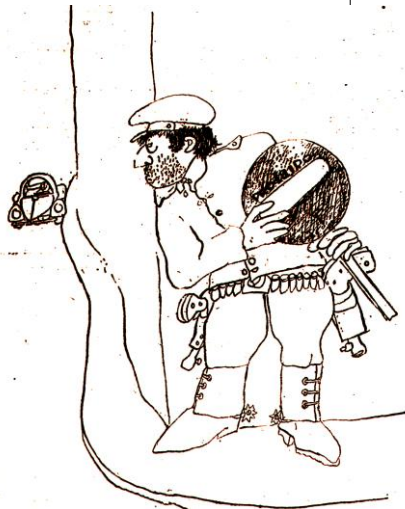
Agora, suicidado, *O Pasquim* pode merecer um balanço. Relaxado, mas graficamente revolucionário – para a imprensa brasileira, é claro.

Amadorístico, mas com os melhores profissionais do humor brasileiro. Debochante mas familiar. E, para maior paradoxo, crítico mas canalha. "Fino", mas "grosso". Enfim: o mais caracterizado produto de uma comunicação "quente" mas de um profissionalismo irreverente porque marginalizado e de uma aparente anarquia empresarial porque justamente contrário à organização empresarial. Aliás, foi quando saiu de sua fase espontânea e ainda sem estrutura empresarial, que *O Pasquim* começou a morrer, pois se desencadeou nos moldes do Sistema. Foi quando começou a ser distribuído pela Editora Abril. Deixou então de ser um produto quase rebelde de uma anti-cultura, para ser um exemplo semi-oficial da permissividade do Sistema: "olha aí, *O Pasquim* continua circulando".

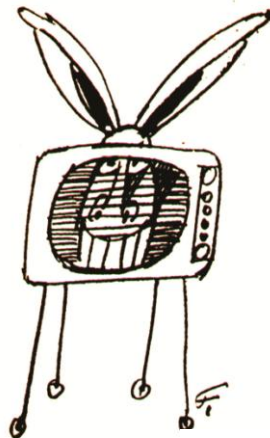
Teve o mérito, porém, de caluniar e estimular intelectuais, e de romper o provincianismo moral e artístico que cava um abismo cultural entre as cidades do interior e as capitais.

Querendo colocar areia no moral imperante, acabou por vezes emperrando na mesma tecla do o-que-é-que-tem-de-mais-este-palavrão. Não se poderia exigir, porém, que com a reduzida equipe permanente, pudesse ser um eterno poço de criatividade.

Agora, porém, não se sabe quando se poderá ver (ou ler) o trabalho de tantos bons profissionais de imprensa reunidos. Que promoveram, enquanto *O Pasquim* durou, o mais prolongado debate sobre a vida, os costumes, a política e as artes do Brasil. Contra ou a favor de *O Pasquim*, é possível reconhecer tranqüilamente que nunca um jornal tão pequeno uniu tanto uma classe social, culturalmente, na terra onde Pedro Álvares Cabral aportou nas notas de mil. (O PASQUIM, 1971, no. 79)



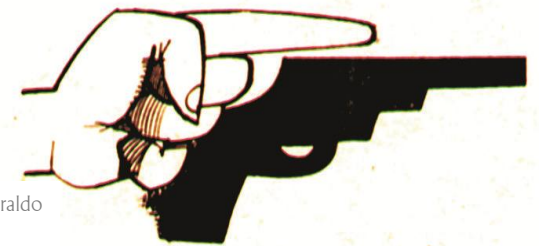
Millôr



Fortuna



Fortuna



Ziraldo

Quando os editores foram liberados, após dois meses retidos, a tiragem havia caído de 180 mil exemplares para 60 mil. E para agravar a situação do empreendimento a publicidade havia desaparecido. Sem nenhum critério a censura prévia a partir deste momento tornou-se ensandecida, com o nítido propósito de destruir o jornal. Mesmo sendo editado no Rio de Janeiro o jornal era obrigado previamente a enviar para Brasília todo o material da edição seguinte. Por diversas vezes o material encaminhado ficava seguro por dias, prejudicando a periodicidade da publicação. A equipe editorial permanecia em constante tensão, não só por razões de segurança pessoal como pela constante retenção do material da edição seguinte. Na medida em que a censura se acirrava, o *Pasquim* intensificava sua postura crítica.

No que se refere à censura prévia, aos seus métodos e efeitos, o que atingiu o *Pasquim* foi semelhante ao que se poderia contar a respeito de *Opinião* (1972-1976) e do *Movimento* (1975-1981), os dois mais importantes jornais alternativos de natureza política. Em alguns a censura prévia não foi tão devastadora, ou não chegou a existir, mas a repressão chegou a todos, na forma de apreensão de edições e prisão de quem os fazia. Na opinião de Bernardo Kucinski “a violência e a arbitrariedade da censura prévia à imprensa alternativa tinham, também, o objetivo psicológico de servir de advertência à grande imprensa.”

Pasquim no. 300
Fim da censura prévia
“... mas sem liberdade”.



A censura prévia ao *Pasquim* vigorou durante cinco anos, de abril de 1970 a março de 1975. Ao final do período de cerceamento de opinião, a censura estabelecida por órgãos oficiais é banida, embora a liberdade de expressão continuasse relativizada. A liberdade editorial para o *Pasquim* permaneceu por pouco tempo. Um editorial de Millôr Fernandes na edição de no. 300 deu a notícia da suspensão da censura.

“Cinco anos depois, tão misteriosamente como começou – ‘ordens superiores’ – a sinistra censura sobre este jornal se acabou. O dr. Romão, o último interventor de plantão dos vinte ou trinta que passaram pela tarefa nestes mil e quinhentos dias de violências, comunicou a Nelma (*secretária*) que ‘você agora não precisam mandar mais nada pra censura’. Mas, vício do ofício, não conteve a ameaça: ‘Agora a responsabilidade é de vocês’. A responsabilidade sempre foi nossa (...) o fato é que, mesmo sob censura prévia, a responsabilidade sempre foi nossa. (...) Agora *O Pasquim* passa a circular sem censura. Mas sem *censura* não quer dizer *com liberdade...*” (FERNANDES, 1975, no 300)

O teor do texto levou à apreensão da edição na semana seguinte. O cerceamento editorial saiu da redação para ressurgir fora dela.

○ ambiente político e social no país modificavam-se forçosamente. Uma seqüência de acontecimentos contribuiu para deflagrar o processo de redemocratização no país:

- a constante crise econômica durante o período militar;
- cidadãos que permaneciam presos e sob tortura;
- o cerceamento da opinião, através da censura prévia, coordenada por órgãos do governo;

Com a perspectiva dos desdobramentos da gravidade dos problemas, que tenderiam a deflagrar conflitos sociais, o presidente militar Ernesto Geisel define novas atitudes políticas, iniciando um lento processo de abertura.

Enfrentando ameaças, o *Pasquim* sobreviveu, e cunhou um padrão de jornalismo satírico que explodiu por todo o país em pequenas publicações alternativas, editadas por cooperativas de jornalistas ou por movimentos populares.

○ jornal sobreviveu até 1991, e nos últimos anos de circulação, já em outro ambiente político, *O Pasquim* foi vendido a um antigo colaborador. Mesmo com novo impulso empresarial o jornal vendia acanhados três mil exemplares com periodicidade irregular, acumulando dívidas e respondendo a ações trabalhistas na justiça.

○ modelo do *Pasquim* se constituiu em síntese do verdadeiro jornalismo caricato: traço e texto lado a lado, ironizando o cotidiano, satirizando os poderosos da notícia, registrando com humor a emergência de um novo projeto de sociedade.

